

## PREFÁCIO

Em finais da década de 70 do século XX, Daniel Bell (1977) sugeriu uma premissa tão simples quanto poderosa, do ponto de vista analítico: as tecnologias suscitavam problemas que deveriam ser resolvidos pela sociedade, recorrendo-se a diferentes meios para responder a distintos propósitos. Com efeito, Bell acreditava na existência de um núcleo de questões provocadas pelos *clusters* de inovação tecnológica, cujas soluções dependeriam das relações que entre a política (na aceção dos governos) e a ciência (na aceção dos/as responsáveis pelas inovações) se viessem estabelecer.

No caso particular dos arquivos, tornou-se claro, em finais dos anos 90, que negar a existência dos “documentos eletrónicos” (o termo corrente, na época) ou negligenciar os problemas e os impactos por eles suscitados levaria a uma perda irrecuperável da memória social e da habilidade de prestar contas de atos e factos, não justificando nem informando as sociedades futuras sobre ações e decisões tomadas no passado.

A perceção que então se possuía acerca dos problemas ou dos impactos provocados pelos “documentos eletrónicos”, nos arquivos e nas sociedades, andava no ritmo e na cadência das análises *SWOT* que se faziam, um pouco por todo o lado, e que os classificavam ora como problema ou ameaça ora como desafio ou oportunidade.

No auge das acaloradas discussões, que vieram à luz no final dos anos de 80 e início da década seguinte, emanadas do núcleo duro da comunidade arquivística internacional, as questões giravam em torno da preservação dos acervos ligada à obsolescência tecnológica, à fragilidade do meio digital e aos elevados custos de manutenção dos processos, interpretando-se estes aspetos como inegáveis obstáculos à garantia da longevidade dos documentos. De modo análogo, as questões envoltas em estratégias de aquisição, avaliação e descrição, face ao impasse provocado pelas dúvidas acerca da validade dos princípios e dos métodos arquivísticos tradicionais no meio digital, bem como as confusões terminológicas e concetuais em torno do assunto, eram vistas como motivo de extrema preocupação.

Num tal contexto, a metáfora do “incunábulo eletrónico” (Hedstrom, 1991) revelar-se-ia muito útil, dado o seu inegável sentido pedagógico para explicar a necessidade urgente de olhar para os “documentos eletrónicos” como algo

que estaria ainda na “infância”, no “berço”, cujo “crescimento” teria de ser cuidadosamente planeado até atingir a “maturidade”. Este discurso, tão simples quanto eficaz, sensibilizaria arquivistas, que engajar-se-iam em diferentes programas, agendas, projetos, normas e estratégias. Volvidos 30 anos, os resultados consubstanciam-se agora numa panóplia de instrumentos, recursos, ferramentas, modelos, requisitos e estratégias ou, ainda, numa constelação de dispositivos técnico-normativos e jurídico-reguladores, que se encontram ao alcance de uma comunidade profundamente enredada nessas práticas.

Voltando ao passado, no terreno dos problemas então gerados pelos “documentos eletrónicos”, reinava o firme prognóstico de que nem todas as soluções seriam alcançadas por apenas uma única geração de arquivistas, a quem, certamente, caberia o ônus de encetar o processo, confiando que as gerações posteriores continuassem o trabalho iniciado. Naquela altura, falava-se muito – e com muita clarividência – nas estratégias de preservação, a longo prazo, nos meios de prova da integridade dos “documentos eletrónicos”, ainda na infância, bem como, e com muita propriedade, na clara ausência de normas internacionais que unificassem os procedimentos inerentes à descrição arquivística, tão relegada no passado, mas tão essencial no meio digital em ascensão. O “burburinho”, que se produziu em torno do assunto, fez com que termos até então pouco conhecidos ou usados nos meios arquivísticos saltassem rapidamente para o topo das discussões. Deste modo, termos como “metadados”, “autenticidade”, “integridade” e “confiabilidade” passariam rapidamente ao “estrelato”, nos vários léxicos e manuais, sinalizando que, de facto, havia um reconhecimento de que precisávamos, cada vez mais, de anotações (leia-se, metadados) que descrevessem os documentos arquivísticos gerados no meio digital, com todo o rigor, precisão, robustez e confiança possíveis e necessários à sua compreensão. Sem esses metadados, que seriam “encapsulados” nos documentos no ato descritivo, não haveria garantias futuras de certificação da informação produzida no presente.

Com efeito, a superabundância de informação e a liberalização das Tecnologias da Informação (e Comunicação), a que presentemente assistimos, aliadas a uma cada vez maior complexidade nos serviços de que a sociedade se vem dotando, vieram comprovar essa necessidade constante e crescente de obter informação certificada, porquanto confiável e utilizável.

Evidentemente, estas questões tocaram o *modus faciendi* dos profissionais de arquivo. A introdução das tecnologias e dos instrumentos de controlo intelectual dos acervos, designadamente as normas de descrição, ditaram novos rumos à comunidade arquivística. Recorde-se que, até ao final dos anos 60, os grandes centros difusores de teoria (arquivística) nem sequer admitiam a hipótese de incorporar documentos eletrónicos (de carácter arquivístico) nos depósitos de arquivo (Bailey, 1993).

No início do século XXI, temia-se que os princípios e métodos arquivísticos ruíssem, perdendo a base e o terreno conquistado, com o avançar do

“mundo digital”. Todo esse temor, rematado pela obsessão por compreender o “lugar” dos documentos eletrônicos na Arquivística, originaria debates enriquecedores, emergindo daí uma cultura profissional mais atenta aos desafios e oportunidades e capaz de repensar as suas práticas e os seus métodos. O culminar desse processo verifica-se na ascensão do tema do acesso aos arquivos, que passaria para o topo do debate nesta mesma época.

Por outro lado, os arquivos digitais, na sua origem, tenderam a conservar *modos de fazer* tradicionais, que replicavam para o ambiente digital procedimentos desenvolvidos por entidades normalizadoras e comunidades de prática em contexto analógico. As Tecnologias da Informação (e Comunicação) trouxeram consigo novos contextos de produção, gestão, preservação, comunicação e uso da informação, mas também novos problemas, que exigem respostas e ferramentas distintas. Se outrora se procurava a autenticidade, ou melhor a sua presunção, nos próprios documentos de arquivo, sublinhando-se o seu valor probatório, hoje a garantia da presunção da autenticidade da informação de natureza arquivística é garantida pela informação de contexto, que lhe confere significado, fornecida pela (meta)informação de distintos tipos: administrativa, descritiva, estrutural, técnica, de preservação, de uso e, consequentemente, de direitos de uso.

Ou seja, o ambiente digital vem sublinhar o vínculo da informação registrada, sob a forma de documento ou não, ao seu contexto, bem como a relevância da representação da informação para a manutenção do vínculo arquivístico, que permite ligar os documentos entre si, mas também associá-los às atividades e funções que lhes deram origem, bem como aos organismos e às unidades orgânicas produtoras. É este contexto, na verdade, que garante a (presunção da) autenticidade da informação, transformando o vínculo arquivístico em vínculo informacional (termo cunhado por André Pacheco), pondo em evidência, através dos processos tradicionais da descrição e indexação, o seu papel para a garantia de que a informação descrita é, de facto, o que a descrição diz ser. O contexto é a categoria que importa evidenciar, como sempre importou aos arquivistas, e que justifica a designação da mais recente norma produzida pelo Conselho Internacional de Arquivos (International Council on Archives- ICA), *Records in Context* (RiC, = *Documentos em Contexto*). Assim se explica tanto a necessidade quanto a urgência da definição de metadados para a presunção da autenticidade da informação arquivística.

O termo *metadata* tem mais de cinco décadas, remontando a 1968, tendo sido criado por Philip Bagley, em 1968, no contexto da Ciência da Computação. Por seu turno, o termo Metainformação é mais recente, devendo-se a Berners-Lee (1997). Todavia, a questão já não tem a ver com o termo e o conceito, ou melhor, com o que são, mas sobretudo sobre quais devem ser os metadados e a sua natureza para a garantia da presunção da identidade. Deste modo, outra exigência se impõe, como se impôs ao autor. O que entender por

autenticidade? E, uma vez que a autenticidade implica a fidedignidade e a confiabilidade, o que entender por estas? De modo a procurar uma resposta em múltiplos contextos, André Pacheco efetuou uma revisão da literatura (científica e técnica) sistemática sobre metadados e o seu uso (incluindo tipos, funções e modelos), procurando inferir os requisitos para a autenticidade.

O tema da autenticidade também não é novo. Dele faz eco o próprio artigo 3 do *Código de Ética*, do Conselho Internacional de Arquivos (1996), ao registar que “os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa”. Mas ganha nova dimensão em ambiente digital, ainda que já ali se compreendessem os “documentos eletrónicos ou informáticos”. Quanto à fidedignidade, esta consiste na capacidade de os documentos/ a informação representar(em) os factos em si, enquanto a confiabilidade consiste na fé pública nos documentos/na informação como prova e memória, dependendo a autenticidade destas qualidades.

Mas interessa ao autor a apreensão dos metadados como “dados estruturados sobre outros dados”, na senda de Gladney (2007, p. 129), entre outros autores, processáveis por ferramentas tecnológicas, tendo em vista a interoperabilidade. Para tal efetua a análise de distintas normas – *General International Standard Archival Description* (ISAD(G)), *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard* (AGRkMS), *Encoded Archival Description* (EAD), *Esquema de Metadatos para la Gestión del Documento Electrónico* (e-EMGDE), *Describing Archives: A Content Standard* (DACS), *Dublin Core Metadata Element Set* (DCMES), *Visual Resources Association Core* (VRA Core), *Metadata Object Description Schema* (MODS), *Categories for the Description of Works of Art* (CDWA), e *Records in Contexts* (RiC) – oferecendo-nos o contexto histórico de cada uma, discutindo a estrutura de metadados e os metadados para a autenticidade.

Por fim, André Pacheco propõe um modelo de metadados (com uma estrutura de dados) para a autenticidade, ou seja, focaliza-se na concetualização da representação da informação, precedida pela própria análise e discussão dos requisitos científicos e técnicos suportados numa revisão da literatura internacional. O conjunto de metadados a que chega é passível de ser integrado, na totalidade ou parcialmente, em normas técnicas.

O modelo impõe-se como necessário para a garantia da autenticidade da informação, registada ou não em suporte. Consequentemente, também a autenticidade é requerida, no âmbito representação da informação, e que dê voz às distintas vozes e comunidades, integrando uma abordagem pós-moderna, sublinhando as potencialidades do digital e centrando-se no processo. Uma procura que não ignora, no entanto, que não há nada de objetivo nos metadados e que a arquivística não é neutra, mas o resultado de uma prática socialmente construída (Yakel, 2003; Gartner, 2016).

Este é o contributo de André Pacheco para o campo científico da Ciência da Informação, e não é pouco, pois o seu estudo agrega conhecimento, contri-

bui para o debate científico e oferece contributos para as comunidades de prática. Sendo um estudo de natureza científica, poderá ainda influenciar a dimensão técnica e normativa dos profissionais da informação, bem como dos próprios sistemas de informação. Um estudo que teve a sua origem numa dissertação de doutoramento - *Metadados para a descrição arquivística digital: Proposta de um modelo para a autenticidade* - apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2021, agora adaptada e atualizada para livro, sob o título *Arquivos Digitais; Metadados e Autenticidade*. Um estudo que permite à Universidade, no cumprimento da sua missão, contribuir para a transferência de conhecimento, uma vez disponíveis os resultados, que poderão ser incorporados na própria indústria das Tecnologias da Informação (e Comunicação).

É tempo de endereçar os parabéns ao André Pacheco, pela qualidade e profundidade do estudo, agora posto em livro, tornando-o deste modo acessível a um público mais heterogéneo. Um livro que consolida o autor como cientista da informação, na senda do livro anterior sob o título *Informação digital: O vértice comum entre a Diplomática e a Ciência da Informação* (Húmus, 2017). Um livro, que enriquece a *Coleção CI – Ciência da Informação*, distinguindo também os seus editores, e de forma especial as Edições Colibri, assim como os signatários do prefácio, que acompanham o seu percurso académico em Ciência da Informação. Um livro, em última instância, que tendo nascido em contexto académico, muito honra quer a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, quer o Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

*Maria Cristina Vieira de Freitas*

CEIS20-Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras,  
Universidade de Coimbra

*Carlos Guardado da Silva*

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa